

Conciliação é meta da Justiça do Trabalho, afirma presidente do TRT-15

Ronnie Romani

Nascido em Avellaneda, na Argentina, com pais oriundos de Cabo Verde, na África, e no Brasil desde os três anos de idade, o desembargador Samuel Hugo Lima é, desde dezembro do ano passado, presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15) para o biênio 2022-2023. O TRT-15 abrange 599 municípios paulistas em sua jurisdição, abrangendo 95% do território do estado e uma população superior a 22 milhões de pessoas.

Não à toa, o Tribunal é conhecido como um dos mais produtivos do Brasil. Na semana passada, o TRT criou duas salas para as novas instalações do Núcleo Regional da Coordenadoria-Geral do Comitê Nacional para Refugiados (CG-Comare) em Campinas com a presença do secretário nacional de Justiça, Augusto de Arruda Botelho. A ação, que emocionou o desembargador, também estrangeiro, tem o intuito de oferecer uma maior acessibilidade para as pessoas na cidade que solicitam o reconhecimento da condição de refugiado, ampliando a força de trabalho e permitindo o atendimento e entrevistas presenciais diante da crescente demanda por refúgio. Em sua gestão, a informatização e acessibilidade estão sendo reforçadas com diversos projetos para facilitar tanto para o advogado como para as pessoas envolvidas em processos. Em fevereiro, o TRT-15 foi o primeiro a criar um canal on-line de atendimento de surdos em Língua Brasileira de Sinais (Libras), o Balcão Visual.

Samuel Hugo Lima visita o Correio Popular, a convite do presidente-executivo Italo Hamilton Barioni, dias antes do início da Semana Nacional da Conciliação Trabalhista, uma data que busca não apenas solucionar conflitos longos e complexos com a conciliação, mas também, e principalmente, conscientizar a sociedade acerca da eficiência deste método. Considerando os quatro primeiros dias da Semana, foram R\$ 141,83 milhões arrecadados e R\$ 129,84 milhões em valores conciliados, quantidade superior a 2022, quando foram arrecadados total de R\$ 115,10 milhões e R\$ 112,47 milhões conciliados.

No sexta-feira, o encerramento nacional da Semana aconteceu em Campinas e contou com a presença do ministro Alexandre Luiz Ramos, membro da Comissão Nacional de Promoção da Conciliação (Concomp), que representou o Tribunal Superior do Trabalho. Para Samuel, o processo não é bom nem para o empregado nem para o empregador e os novos advogados estão aprendendo a conciliar. Acompanhe a seguir os principais trechos da entrevista.

Desembargador, conte-nos um pouco sobre a sua chegada ao Brasil e a Campinas. O senhor é nascido em Avellaneda, na Argentina, correto?

Meus pais são de Cabo Verde da África. Eles foram para a Argentina e o meu pai fez teologia, ele era pastor da Igreja Nazarena na Argentina. Em 1960, quando eu tinha três anos, a Igreja Nazarena abriu trabalho no Brasil e precisava de pastores de língua portuguesa, por isso o meu pai foi chamado para conceber o trabalho da Igreja Nazarena no Brasil. Nós passamos dificuldade no começo, mas graças a Deus deu tudo certo. A minha primeira língua em casa foi o português, não espanhol. Se me pedir para falar espanhol... eu falo um 'portunhol' vergenhoso. Vimos para Campinas e eu fiz Direito e comecei a trabalhar em escritório particular. Depois, fui trabalhar na Fepasa, trabalhei por seis anos li e fui passar no primeiro concurso do Tribunal de Campinas, em 86. São Paulo é o único estado que tem dois Tribunais do Trabalho. Nós somos responsáveis por 599 municípios, é um Tribunal com muito trabalho e a tendência é de crescer mais que o de São Paulo, porque aqui estamos se interiorizando, especialmente na região de Campinas. É um tribunal muito crítico. Como ele começou de uma divisão, já começamos com poucos servidores. E como sobrevivemos? Desde a criação a gente aprendeu a ser criativo.

Completamos 80 anos da CLT este ano e 35 da Constituição Federal. São marcos importantes. Como está a discussão em torno da CLT hoje em dia em relação aos aprimoramentos, ajustes?

O pessoal fala que a CLT é antiga, que tem 80 anos, mas é bom que se diga que ela já sofreu várias alterações. Ela não é uma CLT fora do tempo. A grande discussão foi com a reforma trabalhista. Foram feitas algumas alterações e, veja, eu não sou daqueles que falam que a reforma trabalhista foi melhor coisa que aconteceu e nem digo que foi a pior coisa que aconteceu. Como toda obra humana, ela tem coisas boas e coisas ruins. Eu não sou do tipo que apenas critica ou então somente elogia. Na área do processo ela evoluiu bastante. Havia uma discussão do que o autor tem que provar, do que o réu tem que provar. Cada juiz interpretava de uma forma. A reforma indicou quem prova o quê, quando é possível que o juiz inverte, ou seja, a obrigação a princípio seria do empregado, mas o empregador terá que produzir a prova quando ele tem a documentação. Não raras as vezes, apenas o empregador tem a documentação. Como vou dizer que o empregado é obrigado a produzir aquela prova? É impossível, a reforma trabalhista veio resolver isso. Ela trouxe algumas propostas que até acho razoáveis, por exemplo, o trabalho intermitente. Há uma discussão sobre ele e eu digo que nos moldes da reforma não é ruim. Eu chamo episodicamente alguém para fazer algum trabalho e ele vem se quiser. Se não

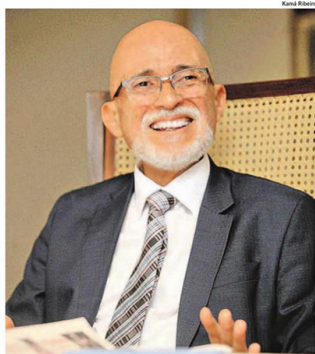


A Justiça Dora Rossi Goes Sauchies (de vermelho) orienta reunião de conciliação trabalhista entre as partes envolvidas em processo no TRT-15 de Campinas

ENTREVISTA

Conciliação é melhor para todos, diz desembargador

Para o presidente do TRT-15, Samuel Hugo Lima, litígio não compensa



O desembargador Samuel Hugo Lima em visita à sede do jornal Correio Popular

quiser, não aceita. Não há problema dentro dessas regras.

Costaria que o senhor falasse um pouco da importância de eventos como a Semana Nacional da Conciliação Trabalhista.

Eu sempre tenho dito que processo não interessa para as partes. Não interessa para o empregado, porque ele está pedindo uma verba de natureza alimentar. Ele precisa pagar comida do mês, o aluguel, a escola. Também não interessa para o empregador. O processo começa a encarecer quanto mais tempo o ele demora. Aí você começa a pagar multa, depois o empregador fala o seguinte: eu paguei tanto, se eu tivesse pago antes seria menos. Mas veja, é uma mudança de mentalidade. Eu me formei em 80, então sou da turma antiga, e fui preparado para a briga. Advogado bom era advogado bravo, o que ganhava processo. Juiz bom era o que dava sentença boa. Mas a gente percebe que as vezes a gente resolve o processo, mas não a pendência. Então qual o papel do Judiciário? Chamar os dois para que construam uma solução. Claro, o Judiciário tem que ver se está tendo fraude, se não está tendo fraude. Esse é o nosso papel. Resolver o problema do empregado e também do empregador. E essa semana da conciliação, o objetivo, na verdade, é chamar as partes para repensar. É interessante notar que as empresas estão mudando. Agora muitas empresas fixam meta de conciliação para os seus advogados. Nós fomos preparados para a briga, mas se nos damos graças na faculdade estão aprendendo conciliação, negociação. E outra mentalidade. E a conciliação não depende dessa semana. Hoje se você entrar

no site do Tribunal, em Atendimento ao Público, tem uma coisa interessante que também mudou. Eu sou da época de estígio, que você pegava o caderninho e passava de vara em vara perguntando como estavam os processos. Agora estamos 100% no digital. O advogado pode ver o andamento de cada processo do escritório, de casa, ele não precisa mais ir para o balcão. Então, ano após ano, perdendo servidores. Eu não posso ter aumento de despesa, então o servidor aposenta, mas ele continua recebendo da União como aposentado. Depois, ele falece, e precisa pagar a pensão. Depois que essa pensão vier a falace é que posso substituir. Então temos que prestar o mesmo serviço com os mesmos servidores ou menos, e com o Balcão Virtual ele não precisa ir ao Balcão, é um servidor que coloco para fazer outra coisa. Uma coisa que eu acho legal do Tribunal é que o projeto começa em uma gestão e prossegue na seguinte. Não tem aquela coisa de jogar fora o que é da gestão anterior. Nós criamos o Balcão Visual. A pessoa com deficiência auditiva entra, clica em balcão visual e quem vai atendê-lo é um servidor especializado em Língua Brasileira de Sinais (Libras). Ele acessa, o servidor especializado atende e entra em contato com a vara, pergunta como está o processo e explica para o deficiente auditivo. Outro caminho, porque esse é o acesso remoto, é que ele pede ir para a vara. Ele vai para a vara e lá ele é atendido pelo servidor que liga o computador e entra em contato com o tradutor. É uma forma de acessibilidade. Mas veja, eu brinco que o difícil é fazer o fácil, né. Na realidade é uma coisa simples que nós fazemos, mas precisa de criatividade. Acho que precisa de criatividade e preocupação com o usuário, eu quero ajudá-lo, servir bem ao usuário. E está indo bem. É inovação nossa, é de Campinas.

“ O pessoal fala que a CLT é antiga, mas ela já já sofreu muitas alterações. A grande discussão foi com a reforma trabalhista. Foram feitas algumas alterações e, veja, eu não sou daqueles que falam que foi a melhor coisa que aconteceu e nem digo que foi a pior coisa

” Ainda sobre a semana, qual a estrutura dedicada a ela? Existe uma meta a se atingir em números de conciliações?

Eu não gosto de trabalhar com metas quantitativas, eu prefiro metas qualitativas. Então nós temos os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs), que cuidam de conciliação tanto nas varas quanto no tribunal. A principal função da semana não é acionar o CEJUSC. Eles funcionam. Se hoje você quiser conciliar o processo, você entra no site, fala que quer conciliar, o juiz recebe a mensagem e marca audiência de conciliação. O principal da semana não é fazer número, mas mudar a mentalidade, chamar os cidadãos e dizer que precisa conversar.

Houve um aumento nas reclamações trabalhistas após a reforma trabalhista?

Em um primeiro momento houve uma redução drástica. Eu acho que os empregados e advogados estavam querendo entender a reforma. Agora, já está retomando a níveis quase semelhantes. No ano passado, no primeiro grau, houve um aumento de cerca de 10% no movimento. No Tribunal, um aumento de aproximadamente 20%. Eu acho que por conta da conscientização do empregado. O primeiro momento foi de susto, de examinar o que foi alterado. O ritmo está voltando ao normal.

Isso se deve à conscientização que ele adquiriu sobre o que o prejudicial?

Exato, a reforma foi muito difundida, foi dada muita ênfase a ela. Os empregados começaram a discutir as evoluções, os retrocessos. Por exemplo, um retrocesso que de certa forma acabou permitindo a 'pejotização'. Uma diferença básica entre empregado e Pessoa Jurídica (PJ) é que o empregado trabalha para alguém. PJ trabalha para ele. Então, o verdadeiro PJ não há problema. O grande problema é aquele que continua sendo empregado, ou seja, com horário para entrar, horário para sair, que faz parte de uma hierarquia, subordinado a sua chefia, e de repente eles travestem de PJ. Isso é fraude. Então não é que a Justiça do Trabalho é contra a 'pejotização'. Ela vai fiscalizar caso a caso. Aquela que só pode trabalhar para uma pessoa, que tem horário para entrar e sair, que faz parte de uma hierarquia, não é PJ. É empregado.

“ Mesmo antes disso, em Campinas, não havia uma sala de conciliação. Quando eu fui para o TRT-15, eu fui o primeiro a criar uma sala de conciliação. Foi uma iniciativa que eu fiz sozinho

As alterações propostas, pelo menos as reformas mais importantes, foram aprovadas em dezembro de 2017. Desde então, o Brasil vive sob o regime da CLT reformada. A reforma indicou quem prova o quê, quando é possível que o juiz inverte, ou seja, a obrigação a princípio seria do empregado, mas o empregador terá que produzir a prova quando ele tem a documentação. Não raras as vezes, apenas o empregador tem a documentação. Como vou dizer que o empregado é obrigado a produzir aquela prova? É impossível, a reforma trabalhista veio resolver isso. Ela trouxe algumas propostas que até acho razoáveis, por exemplo, o trabalho intermitente. Há uma discussão sobre ele e eu digo que nos moldes da reforma não é ruim. Eu chamo episodicamente alguém para fazer algum trabalho e ele vem se quiser. Se não quiser, não aceita. Não há problema dentro dessas regras.

Hugo Lima se emociona com apoio a refugiados

Desembargador, que também é estrangeiro, defende iniciativa do TRT



Desembargador Samuel Hugo Lima em reunião com refugiados. O TRT-15 criou duas salas para as novas instalações do Núcleo Regional da Coordenadoria-Geral do Comitê Nacional para Refugiados (CG-Comare) em Campinas com a presença do secretário nacional de Justiça, Augusto de Arruda Botelho. A ação, que emocionou o desembargador, também estrangeiro, tem o intuito de oferecer uma maior acessibilidade para as pessoas na cidade que solicitam o reconhecimento da condição de refugiado, ampliando a força de trabalho e permitindo o atendimento e entrevistas presenciais diante da crescente demanda por refúgio.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Popular - Campinas/SP

Seção: Cidades **Caderno:** A **Página:** 4 e 5